



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PORTEIRO

PERÍODO: 10 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Municipal n.º 214/2021 de 16/03/2021.

TERCEIRO(A): FRANCISCO CORREIA DA CONCEICAO

DIÁRIO: N° 060 / 2022

■ ■ ■ R\$ 1.212,00 (Mil, Duzentos e Doze Reais)

VALOR GLOBAL: R\$ 6.908,40 (Seis Mil, Novecentos e Oito Reais e Quarenta Centavos)

VALOR: 8h (oito) horas diárias / 40h (quarenta) horas semanais



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATO N° 060 / 2022

TERMO DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - ART. 2º INCIS. V e VIII DA LEI 214/2021 - QUE ENTRE SI CELEBRAM a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA E FRANCISCO CORREIA DA CONCEICAO.**

No presente instrumento particular de contrato de trabalho por tempo determinado e de melhor forma de direito, reuniram-se de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ: 13.108.733/0001-96, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal, **MARIA CLARA PRADO RIBEIRO ROLLEMBERG**, brasileira, casada, portadora do CPF sob o n.º 795.199.975-04, domiciliada na sede administrativa deste Município, sito a Praça da Matriz, n.º 40, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **FRANCISCO CORREIA DA CONCEICAO**, brasileiro, maior e capaz, **PORTEIRO**, residente e domiciliado no(a) RUA DE MANICOBA, S/Nº, DIVINA PASTORA/SE, CEP: 49.650-000, portador do RG n.º 1191 08 3SE/SE e CPF n.º 2 0.846.515-91, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO(A)**, têm justo e legítimo acordo e contratado o serviço previsto na cláusula primeira deste termo, em conformidade com o Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, em harmonia com a Lei Municipal n.º 214/2021, objetivando suprir necessidade de excepcional interesse público para apoiar e receber as dependências do prédio, fiscalizar, controlar e orientar a entrada e saída de pessoas, receber, controlar e encaminhar as pessoas aos destinatários, observando as cláusulas abaixo: